



# Anais da Assembléia

Nº 015

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE MARÇO DE 1992

ANO XVIII

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

ATA DA 12ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Paulo Maia.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Tadeu Lúcio Machado, João Preis, Osvaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, João Iensen, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (43). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Hermas Brandão, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Dirceu Manfrinato, Emília Belinati, José Alves e Nilton César (11).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETARIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Senhor Deputado Erondy Silvério comunica que a Sessão Especial designada para ouvir o Doutor Luiz Carlos Delázari, esteve reunida no dia 02 de março e o indicado foi ouvido. E comunica à Câmara que está em condições de ser votado.

Amanhã a Mesa vai designar uma Sessão para apreciação da indicação do Consultor do Quadro Geral do Estado.

O SR. 1º SECRETARIO - Procede à leitura do seguinte

## E X P E D I E N T E:

Ofícios:

OFICIO Nº 02/92

Senhor Presidente.

Venho pelo presente, comunicar a Vossa Excelência que, dando cumprimento às disposições regimentais, a Comissão Especial constituída para apreciar a indicação do Doutor Luiz Carlos Delázari, para o cargo de Procurador Geral do Justiça do Estado do Paraná, reuniu-se em data de 12 de março de 1992, data em que foi ouvido o indicado, dentro das prerrogativas que são conferidas a esta Comissão, pelo parágrafo único do artigo 216, Regimento Interno desta Casa.

Comunico-lhe, outrossim, que em deliberação que se seguiu à audiência, concluiu esta Comissão Especial que não há obstáculos a opor, no sentido de que o nome do Doutor Luiz Carlos Delázari, seja apreciado pelo Plenário desta Casa, nos termos do artigo 218 do Regimento Interno.

Sem outro particular, apresento protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) ERONDY SILVERIO

OFICIO Nº 44/92

Senhor Presidente.

Sirvo-me do presente para solicitar de Vossa Excelência a gentileza de justificar a ausência deste Deputado aos trabalhos Parlamentares deste dia 16 de março, tendo em vista que os compromissos assumidos na Região, inviabilizam minha presença nesta Casa de Leis.

Sendo só o que me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) ARLINDO TROIAN

Questão de Ordem:

QUESTÃO DE ORDEM 213-A

Senhor Presidente.

Tendo em vista a apresentação de requerimento da autoria do Deputado Mário Bezerra em reunião da Comissão de Constituição e Justiça no dia 10 do corrente mês, em que é requerida a formação de Comissão Especial para investigar a compra e distribuição de material escolar pela FUNDEPAR e, considerando que os arts. 28 e 33 do Regimento Interno, concomitantemente com o inciso II deste último dispositivo,

ao estabelecer as atribuições das comissões, são unânimes em afirmar que estas atuam estritamente em razão de suas respectivas competências; considerando ainda que, no citado art. 33, § 2º, que determina a competência específica da Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que esta se manifesta sobre proposições quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa e, considerando ainda, que dentre as manifestações de mérito da referida Comissão não encontra-se a atividade fiscalizadora.

Tendo-se ainda presente que as atividades fiscalizadoras são de competência de comissão específica, a saber, a Comissão de Fiscalização, referida no § 15 do art. 33 do Regimento Interno, requer-se a manifestação de Vossa Excelência, no sentido de esclarecer a este Deputado sobre a possibilidade do requerimento supramencionado estar extrapolando a competência específica da Comissão de Constituição e Justiça, em detrimento da Comissão de Fiscalização.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### "REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, através da Comissão de Constituição e Justiça, formação de uma Comissão Especial, para investigar a compra e distribuição de material escolar ("kits") por parte da FUNDEPAR. A referida Comissão terá por objetivo levantar dados, elaborar relatório esclarecedor a respeito da polêmica utilização de recursos públicos para aquisição de "Kits" escolares a serem distribuídos a toda clientela da Rede Estadual de Ensino, uma vez que o que ocorreu foi decepção e tumulto, face à não correspondência entre a divulgação do programa através dos órgãos de comunicação e efetiva entrega do material anunciado.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) MARIO BEZERRA

PLAUTO MIRO GUIMARÃES"

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 201

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o regime de urgência do Projeto de Resolução nº 01/92, que autoriza a realização do plebiscito no Distrito de TAMARANA, a ser desmembrado do Município de Londrina.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(aa) SEVERINO FELIX

ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 199

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão do Projeto de Lei nº 473/91 na pauta da Ordem do Dia da próxima Sessão (Mensagem nº 098/91), de autoria do Poder Executivo, em regime de urgência, que estabelece a obrigatoriedade, para pessoas físicas ou jurídicas que utilizem economicamente matéria prima florestal a, através de empreendimentos dos quais participem, REPOR, direta ou indiretamente, de forma a garantir o seu suprimento, nos termos dos artigos 20 e 21 da Lei nº 4.771, de 15.09.65 (Código Florestal).

Sala das Sessões, em 15.03.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 193

Senhor Presidente.

Os Deputados NILTON BARBOSA e ELIO RUSCH, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, REQUEREM, após manifestação do Plenário, que seja oficiado votos de pesar a família do Senhor WALTER LAMONICA, pelo seu falecimento ocorrido no dia 11 de março último, no Município de Alto Piquiri, pessoa de bom relacionamento com a comunidade, vice-Prefeito do Município.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(aa) NILTON BARBOSA

ELIO RUSCH

#### Projetos de Lei:

#### PROJETO DE LEI Nº 053/92 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a anuir e ratificar a instituição de usufruto efetuado pela Sociedade Beneficente das Senhoras Libanesas do Paraná, inscrita no Ministério da Fazenda sob o nº 76.451.368/0001-38, com sede em Curitiba, Estado do Paraná, em favor da Fundação João XXIII, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Ministério da Fazenda sob nº 77.786.689/0001-56, com sede em Campo Largo, Estado do Paraná, através de escritura pública, averbada à margem da Matrícula nº 8.346, de 11.03.1991, para os fins de implantação de Obra de Assistência Social, na forma mencionada no parágrafo único do art. 2º da Lei nº 7.335, de 16 de junho de 1980.

Parágrafo Único - O prazo para a implantação da obra referida no "caput" deste artigo é estabelecido em 6 (seis) anos, a contar da vigência desta lei.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo,

igualmente, autorizado a anuir em concessão de direito real de uso, gratuita, que o Município faz ao cidadão Manoel Pedro Vidal, morador na cidade de Campo Largo, portador da Cédula de Identidade (RG) nº 779.068, PR, de uma área de 4.394,24 m<sup>2</sup> (quatro mil, trezentos e noventa e quatro metros e vinte e quatro decímetros quadrados), contendo uma casa de madeira com 96 m<sup>2</sup> (noventa e seis metros quadrados), que mede 20,20 m, mais 8,90 m de frente para uma rua de acesso, daí segue com 62,30 m e limita com a rua de acesso e com a área remanescente do lote "A", daí segue na mesma confrontação e mede as respectivas distâncias de 60,90 m e 70 m e finalmente por cerca de arame limita com terreno de José Ferreira dos Santos na distância de 66,20 m, localizada em Campo Largo, de propriedade do Município de Campo Largo, a ser desmembrada de área maior, constante da Matrícula nº 8.540, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Campo Largo, que o Estado do Paraná doou ao referido Município, conforme a Lei nº 7.335, de 16 de junho de 1980.

Parágrafo Único - A área a ser objeto concessão de direito real de uso será gravada com as cláusulas de inalienabilidade e impenhorabilidade e deverá ser utilizada pelo beneficiário e seus sucessores exclusivamente para fins de sua moradia e cultivo para sua subsistência.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) NEIVO BERALDIN

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo regularizar duas situações, as quais vinculam-se com o imóvel anteriormente doado pelo Estado do Paraná ao Município de Campo Largo e para a Sociedade das Senhoras Sírio Libanesas.

Através do artigo 3º e respectivo parágrafo único da Lei Estadual nº 7.335, de 16 de junho de 1980, publicada no Diário Oficial de 18 de junho do mesmo ano, foi autorizada a doação àquela Sociedade para o exclusivo fim de implantação de obra assistencial de amparo ao idoso carente de uma área de 26.000,00m<sup>2</sup>, obra esta que deveria estar concluída no prazo de 10 (dez) anos, contados da escritura de doação, ocorrida dia 07 (sete) de abril de 1982.

Sucedo que, por contingências várias, não logrou-se efetivar a construção até esta data, havendo, no entanto, a Sociedade diligenciado junto a Prefeitura Municipal para as tratativas do empreendimento, resultando, afinal, em data de 04 de março de 1991, na formalização por parte da men-

cionada Sociedade outorgada em favor de uma fundação municipal, "Fundação João XXIII", de instituição de usufruto gratuito, para, em conjunto, Sociedade e Fundação, edificarem a referida obra assistencial, de conformidade com as condições estabelecidas na mencionada escritura de usufruto.

Não atentou-se, à época da instituição, para a circunstância de que a doação originária dos imóveis, tanto em relação ao Município de Campo Largo, como para a Sociedade Beneficente das Senhoras Sírio Libanesas, ficou gravada dos ônus de inalienabilidade e impenhorabilidade, configurando, assim, restrição quanto à imposição de qualquer ônus real sobre tais imóveis sem prévia aquiescência do Estado do Paraná, conforme a redação do artigo 3º da Lei nº 7.335, de 1980.

Assim, para a regularização da questão, propõe-se no projeto de lei a aprovação de autorização para que o Estado ratifique a instituição do usufruto, que é um ônus real incidente, para os fins propostos, os quais são idênticos ao anteriormente aprovado por esta Casa, quando da edição da mencionada Lei nº 7.335, de 1980.

Em relação à matéria disciplinada no artigo 2º do projeto de lei, cuida a mesma por autorizar a instituição de concessão de direito real de uso em favor do cidadão lá mencionado, relativa a uma área de 4.394,24m<sup>2</sup>, contendo uma benfeitoria de natureza residencial e que vem sendo ocupada pelo mesmo há mais de vinte anos (20) como moradia e agricultura de subsistência.

Ambas as situações, efetivamente, não desnaturam a essência da doação original, mantendo suas características, razão pela qual entende-se merecerem aprovação desta Casa.

#### PROJETO DE LEI Nº 054/92

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, "a Igreja Evangélica Missionária São o Senhor é Deus", com sede na cidade de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) COLOMBINO GRASSANO

#### JUSTIFICATIVA:

A IGREJA EVANGELICA MISSIONARIA "SO O SENHOR E DEUS" é uma sociedade religiosa, sem distinção de cor, sexo, idade, nacionalidade, profissão, credo político ou religioso.

As finalidades da sociedade são viver

e anunciar o Evangelho, seguindo assim, o ensino da Bíblia Sagrada; a educação moral, social e religiosa, dar assistência material às pessoas necessitadas.

Sendo esta uma sociedade voltada para os anseios religiosos e tendo como função social a orientação aos cuidados no amparo à infância e à velhice desamparada, e dos obreiros da Igreja e seus familiares, e outros, promove meios necessários para garantir-lhes o sustento, é justo que seja reconhecida de Utilidade Pública, pelos hobses Pares desta Casa.

PROJETO DE LEI Nº 055/92  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, autorizada a usar 07 (sete) salas do Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola, sito à Rua João Barrionuevo Cespede, 647, no mesmo Município, para instalação e implantação do Curso Supletivo, fases I e II, no período noturno.

Art. 2º - A referida autorização é dada pelo período de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada automaticamente, caso não haja manifestação contrária de uma das partes.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) NEIVO BERALDIN

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei propõe o uso, pela Prefeitura do Município, de espaços ociosos para que uma parte da população possa estudar sem ter que se deslocar para outros municípios, já que o Executivo Municipal não possui salas de aula disponíveis.

Considerando que as instalações do Ginásio Estadual Santo Inácio de Loyola possuem, à noite, espaços ociosos, a Prefeitura se propõe a utilizá-las, fazendo toda a manutenção necessária, tornando produtivo um imóvel estadual com um único investimento, atendendo a dois ou mais propósitos, ou seja, otimizar as instalações existentes.

A instalação e implantação do Curso Supletivo na cidade tem o objetivo de propiciar as cidadãos a possibilidade de ultrapassar a barreira da formação escolar mínima necessária a qualquer pessoa e atende-se o que está disposto no artigo 10 da Constituição do Estado.

PROJETO DE LEI Nº 056/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - É facultada a matrícula escolar, em classe de 1ª série do ensino regular, às crianças que vierem a completar 6 (seis) anos de idade até a data oficialmente determinada, pelas mantenedoras, para o início das aulas do estabelecimento.

Art. 2º - A efetivação da matrícula antecipada exigirá:

I - integração do aluno em classe com número de alunos não superior a 30 (trinta), regida por professor devidamente habilitado e com experiência de, no mínimo 2 (dois) anos em classe de alfabetização;

II - acompanhamento do desempenho do aluno matriculado por parte dos Serviços de Orientação do estabelecimento;

Art. 3º - As alterações referentes à matrícula antecipada e suas condições serão de competência do Conselho Estadual de Educação do Paraná.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O estudo sobre as normas existentes acerca da matrícula inicial na 1ª série do 1º grau, completando com os dados da realidade do sistema educacional e com a necessidade de universalização do ensino de 1º grau, leva à exigência de reordenação da legislação existente.

Sobre essa legislação, o Conselho Estadual de Educação do Paraná produziu elaborada reflexão, integrada com medidas destinadas a conter a evasão, através da implantação do Ciclo Básico de Alfabetização, e com toda uma série de normas destinadas a facilitar o fluxo escolar.

Garantindo a matrícula, na 1ª série, das crianças com idade legal de sete anos, pode-se examinar a possibilidade de ingresso de crianças com sete anos incompletos, sem maiores entraves burocráticos. Por outro lado, os novos conceitos de alfabetização desaconselham os testes de maturidade, de imaturidade ou níveis de inteligência exigem uma revisão da legislação, que é proposta neste projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 057/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública o "Lar Infantil Marília Barbosa", com sede e foro na cidade de Cambé/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) HEINZ HERWIG

JUSTIFICATIVA:

Fundado em 29 de março de 1953, o "Lar Infantil Marília Barbosa", com a finalidade exclusiva de acolher, amparar, internar, proteger, educar e instruir crianças órfãs e desválidas.

Proporcionando às crianças, ensino de 1º e 2º grau, atendendo finalmente ao desenvolvimento físico e educação cívica das crianças, para que possam adquirir virtude e mentes que as tornem úteis à sociedade, ao País, a si e aos seus semelhantes.

PROJETO DE LEI Nº 058/92  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Abiani - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Naturais e Integrais, com sede e foro à Rua Comendador Franco, 210, na cidade de Curitiba.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Nos tempos em que vivemos, mais do que nunca, nosso planeta vem agonizando-se em face das agressões, da destruição e do mau comportamento daqueles que o habitam. O desastre ecológico da terra, causado pelo homem, há muito tempo deixou de ser teoria para hoje se tornar uma realidade cruel e ameaçadora da própria vida do planeta. No mundo, hoje, a bandeira ecológica ultrapassa fronteiras e interesses, pois é preciso urgentemente buscar soluções e práticas ecológicas, em benefício da vida. Para afastar definitivamente as previsões e as consequências nefastas.

Assim, toda e qualquer tentativa que tenha objetivos de concretização e de transformação desta realidade é positiva e extremamente importante.

Neste sentido, a ABIANI - Associação Brasileira das Indústrias de Alimentos Naturais e Integrais - vem com sua filosofia atender a este projeto de transformação do ecossistema.

O perfil da ABIANI, através de seus estatutos, tem por objetivo exatamente produzir uma revolução na alimentação do país, transformar os atos nocivos numa cultura alimentícia ecológica, a médio e longo prazo.

A ABIANI tem por objetivo precípuo promover e incentivar os estudos, os programas e atividades das entidades públicas e privadas assim como desenvolver estudos próprios, evoluções tecnológicas em geral e todo e qualquer investimento que vise diretamente a transformação nos hábitos nocivos e práticas alimentares para uma melhor qualidade de vida, física e psico-

logicamente integrados a esta nova ordem de conscientização ecológica.

Portanto, a constituição de uma associação que congregue as empresas dedicadas à alimentação natural ou de atividade conexa tem como fundamento unir e somar esforços rumo a uma nova perspectiva que nossa época exige, sobretudo para transformação de hábitos e costumes e, principalmente, dos valores culturais e de comportamento, que vitalizam e contribuem para atingir os objetivos desta transformação.

Assim sendo, vale registrar a importância da atuação da ABIANI visando a concretização de programa para o desenvolvimento e transformação dos produtos alimentícios, colaborando sobremaneira para a nova concretização de uma nova ordem ecológica, destacando-se, ainda, que a ABIANI tem sua sede no Paraná e é presidida pelo Dr. Paulo Passos.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, passamos ao Pequeno Expediente, concedendo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Dr. Rosinha.

O SR. ROSINHA - Senhor Presidente, Srs. Deputados.

A imprensa neste final de semana divulgou 7 empresários que estão sendo procurados pela Justiça Federal, em função do envolvimento e corrupção no Ministério da Saúde. Um desses empresários é Alcides José Peres, proprietário da Sainel, para alguns dos Deputados desta Casa que tem a memória curta, lembramos que Alcides Peres é o mesmo empresário envolvido em corrupções na Secretaria Estadual da Saúde. É o mesmo empresário que vendeu material super faturado já na administração do Delcino Tavares e depois vendeu o material também super faturado na administração do Sr. Sebastião Pimentel, cuja C.P.I. era presidida por mim no início do ano passado.

Nós queremos lembrar que tal C.P.I. não chegou a nenhuma conclusão por única exclusividade, culpa e responsabilidade do PMDB e a Bancada de sustentação da Bancada Requião.

Poderemos dizer que hoje o que ocorre em Brasília, decretando a prisão de Alcides José Peres, já poderíamos ter feito isso no Paraná com maior antecedência, bem antes do que isso, se nós tivéssemos concluído os trabalhos daquela C.P.I. que foi abortada pela Bancada Governista.

Portanto a Bancada Governista tem a responsabilidade de não ter levantado as falcatruas do Ministério da Saúde em relação a Secretaria Estadual de Saúde, bem antes do que hoje está sendo levantada.

E nós queremos dizer dessa tribuna, que tal documentação da C.P.I. naquele momento quando não deu mais continuidade nesta Casa, encaminhamos a polícia federal e que agora solicitarei audiência com o superintendente da polícia federal pedindo que anexe aqueles documentos ao que ocorre agora no Inquérito, ao que ocorre agora em Brasília.

Eu falei se a C.P.I. não concluisse eu não me calaria e continuaria lutando para ver punidos os responsáveis. E saiba a bancada Governista que se alguém foi corrupto, se tem alguém que se vendeu, tem alguém que comprou. Se tem alguém que é corrupto é porque tem o agente corruptor, e o agente corruptor ficou muito claro naquela C.P.I. que era o Deputado Estadual de então, José Felinto, Wagner Pacheco Chefe da Casa Civil, e o Governador Alvaro Dias. Está escrito em todos os documentos daquela C.P.I. por isso não deu continuidade.

E cobramos aqui quem deve também ao Governo do Estado, procurar avançar no sentido de clarear o envolvimento desses senhores e do Sr. Alcides José Peres naquela corrupção, naquela venda ilegal de mercado de materiais da área de saúde. O Governo do Estado tem condições de fazer isso, basta que ele queira fazer isso.

Tem condições porque nós levamos toda a documentação e entregamos para o Chefe da Casa Civil que até agora se calou e não tornou público nenhuma das falcaturas que foram levantadas e foram denunciadas, não procurou clarear em nenhum momento essas irregularidades e também hoje ligada à questão da saúde, a Bancada do Partido dos Trabalhadores está entrando com requerimento nesta Casa que gostaríamos de ver aprovado uma vez que esta Casa teve comportamento democrático e de transparência até o momento que nós gostaríamos de ter algumas informações a respeito do ex-Diretor da FUNASA Nelson Emílio Marques, que foi nos informado que ele é médico desta Assembleia Legislativa.

E, nós gostaríamos de saber se ele realmente é médico, se era remunerado enquanto estava em Brasília ou não, portanto, a gente quer também esclarecer isso, uma vez que a Assembleia Legislativa não se envolveu em momento nenhum em qualquer irregularidade e nós gostaríamos que não se envolvessem e que tivesse a transparência necessária para podermos como Deputados Estaduais cobrar do Poder Executivo as soluções.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presi-

dente, Senhores Deputados.

Com muita alegria que venho a esta tribuna para comunicar a esta Casa um acontecimento histórico, e para nós muito importante, do dia de hoje. Pedro Tonelli, Deputado Federal de nosso Estado, assume hoje em Brasília, a coordenação da área de Agricultura, no Governo paralelo do PT, a convite do nosso Presidente nacional, Luiz Inácio Lula da Silva. Cargo este, para nós, equivalente a Ministro da Agricultura do Governo atual, ou das estruturas do Governo que está aí.

E sobre este fato político e sobre este político paranaense que quero me reportar neste pronunciamento. Pedro Tonelli, um pequeno agricultor, proprietário de menos de cinco alqueires de terra, no Município de Capanema, interior deste Estado, na região sudoeste, que pela suas lutas, pela sua coerência e pela sua consciência de compromisso com a classe trabalhadora rural iniciou o seu trabalho comunitário através das organizações de base, da Comissão Pastoral da Terra, se destaca por este trabalho e é levado ao cargo de presidente do sindicato dos trabalhadores rurais daquele Município de Capanema, onde as suas lutas, o seu combativismo dentro do sindicalismo rural no Paraná o leva à presidência da microrregião sudoeste dos trabalhadores rurais. A prova do seu compromisso com as lutas dos trabalhadores, a sua participação direta na luta dos suinocultores do sudoeste na década de 80, quando a exploração corria solta e os suinocultores tinham que produzir suínos para entregar de graça aos produtores de ração e aos atravessadores, os agricultores se mobilizam interrompendo as rodovias do sudoeste, exigindo uma política agrícola séria e justa para os suinocultores, Pedro Tonelli se destaca nesta luta e também na luta contra as notas promissórias rurais, mais uma falcatura arrumada e preparada pelos donos de frigoríficos, para incriminar os agricultores vendedores de suínos, na região.

Uma grande luta contra a exploração e contra a construção da barragem inadequada e sem nenhuma condição de ser construída no Rio Iguaçu, no salto de Capanema, onde grande parte do Parque Nacional seria alagada, Pedro Tonelli se destaca nesta luta e num grande movimento interrompe a construção da usina, e até hoje ela está prorrogada, sem data, e talvez nem mais seja construída aquela hidrelétrica, no Rio Iguaçu, pela ELETROSUL.

Este passado de luta o credenciou para ser eleito Deputado Estadual, em 1986, e nessa Casa exercer o primeiro mandato de Deputado Estadual do Partido dos Trabalhadores do nosso Estado. Aqui foi destaque nos 4 anos de mandato, isso sentido e dito



por seus próprios colegas, adversários políticos, aqui desta Casa. Foi perseguido, ameaçado de morte, inclusive, foi causa de deboche, nesta tribuna, pelos Senhores Deputados da época, mas a sua coerência, a sua seriedade, o seu compromisso de luta com os trabalhadores o fez avançar e o fez uma grande liderança, no nosso Estado, com o compromisso de classe, com o combate ao corporativismo dentro desta Casa, inclusive publicando, desde o seu primeiro boletim de mandato o salário de Deputado, que, até então, era aguardado a sete chaves, nesta Casa de Leis. A sua luta contra as mordomias, contra o assistencialismo, e direcionar realmente o mandato para o que ele foi eleito, compromisso de mudanças estruturais para a vida do povo do Paraná, o seu apoio aos movimentos dos servidores estaduais, o seu compromisso com a reforma agrária, neste Estado, apoiando a luta dos sem-terra, dos trabalhadores rurais, das mais de 40 áreas de terras desapropriadas, que hoje estão produzindo neste Estado...

Sr. Presidente, solicito o horário do Partido dos Trabalhadores.

Obrigado.

... fruto da luta dos trabalhadores sem-terras, que ainda estão à mercê de decisões do Governo Federal, que estão hoje produzindo centenas de milhares de toneladas de produtos, de alimentos para o povo do Paraná e de riquezas para esse Estado, foi uma das grandes bandeiras esta, a reforma agrária, do Deputado Pedro Tonelli nesta Casa e nesse Estado. A sua luta no combate às imoralidades, a sua luta e o seu comprometimento com a construção partidária o leva a ser eleito Deputado Federal, um dos mais votados no Estado pelo nosso Partido, e no seu mandato de Deputado Federal o Deputado Pedro Tonelli se destaca sendo eleito de início já Vice-Líder da nossa Bancada no Congresso Nacional e também coordenador de núcleo agrário da Bancada Petista, que muito vem trabalhando e se destacando no combate à corrupção neste Governo Federal, no combate aos programas agrícolas de benefícios aos grandes produtores e prejuízos à pequena produção nesse País. Encerra, continua esta sua vida política sendo convidado pelo nosso Presidente a ser coordenador da área de agricultura do Governo paralelo, o qual o Deputado Pedro Tonelli assume hoje em Brasília este cargo que vem lhe trazer um destaque a nível nacional internamente do nosso Partido, porque a imprensa não procura destacar os programas, as propostas que o nosso governo paralelo através do Presidente Nacional do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, vem propondo à sociedade brasileira, vem propondo as discussões da sociedade brasileira, programas interessantes, importantíssimos sobre o programa do

Nordeste que foi publicado no ano de 1990, com propostas concretas para que o Governo e os Governos Estaduais se quisessem, resolvam os do Nordeste do nosso País.

As propostas que o Governo paralelo tem apresentado à sociedade, que tem muito destaque, que tem muita seriedade, são várias: a proposta de desenvolvimento para o Nordeste, a proposta de desenvolvimento para uma Política agrícola prioritária para os pequenos produtores desse País, a proposta de educação vem sendo publicada e debatida pela sociedade; mas vem sendo abafada pela imprensa, pela Rede Globo do Senhor Roberto Marinho, que vem dando todo o destaque, todo o apoio a esse Governo que está aí hoje decepcionando duzentos milhões de brasileiros, além da população que poderia existir nesse País, mas que a coerência, a nossa luta política de transformação social vem continuando e o Governo paralelo tem sido uma das alavancas para trazer debates à sociedade. E nós com muita alegria assistimos hoje e pudemos participar do convite e debater internamente, o nosso Partido, do convite realizado pelo Presidente do PT, Luiz Inácio Lula da Silva, ao grande Deputado Pedro Tonelli para ser coordenador da área da agricultura do Governo paralelo, que hoje se concretiza com a sua posse em Brasília. Concedo um aparte ao Deputado Nilton Barbosa.

O Sr. Nilton Barbosa - Eu quero cumprimentar Vossa Excelência pela brilhante oratória que faz e as verdades que cita sobre o Deputado Pedro Tonelli. Nós pudemos aqui no mandato passado acompanhar de perto o seu trabalho, a sua atuação. O Pedro Tonelli deu demonstração de preocupação com a área social, com a agricultura, enfim, com diversos tópicos que vem dando a demonstração de desgoverno que vive o País nos dias de hoje. O Pedro Tonelli sem dúvida foi um exemplar Deputado Estadual demonstrou a sua atuação, um bom trabalho, estamos acompanhando hoje em Brasília Deputados Federais do nosso Partido, de outros Partidos, têm sempre nos dito da atuação também do Pedro Tonelli, razão pela qual eu quero lhe cumprimentar e quero que Vossa Excelência transmita ao Deputado Pedro Tonelli os nossos cumprimentos por estar assumindo hoje a coordenação da área da agricultura do bloco paralelo do PT em Brasília.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Eu agradeço ao Deputado Nilton Barbosa pela complementação e pelo elogio que faz ao Deputado Pedro Tonelli e em complementação ao nosso pronunciamento.

O Sr. Neivo Beraldin - V.Exa. me permite um aparte? (Assentimento)

Da mesma maneira que fez Nilton Barbosa eu também quero, nesse momento, cumprimentar o Deputado Federal Pedro Tonelli através do seu discurso nesta Casa. Porque nós que acompanhamos aqui, como colegas - na legislatura passada, o Pedro Tonelli, nós podemos falar, de cadeira, que foi aqui, no Paraná, um Deputado Estadual exemplar.

Era um Deputado que estava absolutamente atualizado, diariamente, com todos os Projetos que tramitavam nesta Casa. É verdade que às vezes em discurso um pouco demorado e às vezes até certo ponto, desnecessários, mas sempre esteve presente como um parlamentar ativo, representou com dignidade os eleitores do Paraná, e, tenho certeza, que, em Brasília, Pedro Tonelli faz o mesmo. Porque é um homem vocacionado para a função pública, é um homem determinado e que merece não só os cumprimentos de V.Exa. na tribuna, mas como da Assembléia Legislativa do Paraná. E desejar ao Pedro Tonelli - felicidades, boa sorte e que continue prestando os serviços que já prestou, da mesma maneira, seguindo o mesmo caminho que vem! Trilhando em prol da população brasileira.

Obrigado.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - Muito obrigado Deputado Neivo, que complementa o nosso pronunciamento com dados importantes. E, para finalizar, quero dizer aos Srs. Deputados, ao Sr. Presidente que desde há 15 anos temos atuado conjuntamente com o Deputado Pedro Tonelli, na época, Coordenador da CPT do Sudoeste do Paraná, Coordenador da Microrregião Sindical e Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Capanema, onde, em conjunto, eu, no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Dois Vizinhos, trabalhávamos na Região Sudoeste para impedir a grande evasão dos pequenos agricultores do campo, através da política agrícola nefasta - dos governos federais, desde a época da ditadura.

Esta luta em coerência, em compromisso com todos os trabalhadores do Paraná, através do seu mandato de Deputado Estadual, através de seu mandato de Deputado Federal e agora como Coordenador Paralelo, Coordenador do Programa da Agricultura do Governo Paralelo do PT, vem engrandecer o Paraná, a sua nomeação, o convite, a sua aceitação a ser o Coordenador, que, como já disse, equivale ao cargo de Ministro da Agricultura no Governo Paralelo do PT. e que muito, os pequenos agricultores, tenho certeza de afirmar, terão a ganhar com estas propostas, com a implementação das ideias de Pedro Tonelli no Ministério, ou melhor, na Coordenação do Ministério Para-

lelo da Agricultura porque é um pequeno agricultor, de fato.

Que viveu e que vive na carne os problemas de um pequeno agricultor proprietário de 4,5 alqueires de terra e que sabe o que é sobreviver em cima de uma pequena área desta, explorado pela política agrícola que só vem expulsando o pequeno agricultor do campo hoje.

Muitos debates serão levados à sociedade brasileira por este grande companheiro neste cargo que desenvolve, internamente no nosso partido, mas que, para a sociedade, representa muito e também para o Paraná é um nome que se destaca a nível nacional.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Com a palavra o Deputado Paulo Maia.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

É do conhecimento desta Casa, que na semana passada estivemos fazendo um trabalho designado pela mesma, relativo ao índio paranaense. O Deputado Rosinha, como presidente da comissão, os Deputados Cleiton e Cezar Silvestri, já nos deparamos com alguns problemas, como uma certa resistência, mas temos certeza que dentro de poucos dias - na próxima semana - estaremos voltando para completar esse trabalho da Comissão, e vamos apresentar a esta Casa e à sociedade paranaense a realidade do índio paranaense, com vídeo, com fotografias e um relatório escrito.

Neste momento estamos ocupando a tribuna com o intuito de nos somarmos a esta preocupação que tem levantado este jornal de grande conceito no Estado do Paraná, um dos jornais de maior tiragem, de maior publicação, e também pela sua seriedade, que é a "Gazeta do Povo". A "Gazeta do Povo" deste domingo está levantando o problema, que ao nosso ver, é bastante sério, e com certeza os Parlamentares do Paraná não quererão se somar aos omissos que não estão se empenhando na responsabilidade relativa ao gasoduto.

Por isso nós queremos registrar neste momento, nossos votos de congratulações por este trabalho incansável do jornal "Gazeta do Povo", que traz: "Gasoduto depende da união dos paranaenses". Mais a seguir diz: "Paraná corre o risco de perder o gasoduto por falta de interesse."

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Estamos apresentado a esta Casa, requerimento que diz (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná.

SOMULA: Requer seja convocada reunião com todos os líderes de Partidos representados na Assembléia Legisla-



tiva, ou de Sessão Extraordinária, para estudo e deliberação das condições técnicas e políticas da passagem do gasoduto boliviano e argentino pelo Paraná, em caráter de urgência'.

O Deputado que o presente subscreve, no uso das suas atribuições regimentais e após ouvido do douto Plenário, REQUER seja convocada reunião com representantes de todos os Partidos com assento nesta Assembleia Legislativa, ou então Sessão Extraordinária, nos termos do artigo 84, I, do Regimento Interno, para que sejam estudadas as condições técnicas e de atuação política para a passagem pelo Paraná do gasoduto boliviano e argentino, que vai trazer gás para o Brasil.

Tal convocação, qualquer que seja a sua forma, deverá acontecer em regime de urgência.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) DEPUTADO PAULO MAIA"

Apresentamos uma justificativa que se soma à preocupação desse importante periódico, desse importante diário que é a "Gazeta do Povo".

Diz (Lê):

"JUSTIFICATIVA:

Os Deputados Estaduais, como todos os demais integrantes da classe política, não podem ficar omissos à importante e grave questão da entrada do gás boliviano e argentino em território do Brasil. Este ingresso, em campanha há muito encetada pelo jornal "Gazeta do Povo", deverá, por suas condições técnicas mais favoráveis e pelo incremento à economia que representa, dar-se pelo Estado do Paraná. A matéria, porém, carece de tratamento em regime de urgência; já no dia 19 de abril uma Comissão da União deverá definir o trajeto a ser dado a este gasoduto. O Paraná, por sua classe política representada nesta Assembleia Legislativa e nas suas representações em Brasília, independentemente de Partido, deverá se unir e fazer ver que o melhor traçado para o gás boliviano e argentino no Brasil, uma fonte alternativa e limpa de energia, é por Foz do Iguaçu, através de regiões prósperas do Estado, em direção a São Paulo. Importante ressaltar o empenho de outros Estados, principalmente Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em trazer através de seus territórios esta grande fonte de energia.

O Paraná tem, sem dúvida, como já amplamente demonstrado pelo jornal "Gazeta do Povo", as melhores condições para se constituir na rota mais economicamente viável para o ingresso do gás boliviano e argentino no Brasil, e este gasoduto representa riqueza, pela facilidade de acesso a uma energia que se torna cada vez mais atraente para as empresas. O Paraná,

por sua vez, não pode perder a oportunidade de atrair um maior número de empresas que se instalariam às margens deste gasoduto, de modo a criar empresas para a sua população; e muito menos ver evadirem-se empresas aqui já instaladas em razão de uma fonte alternativa de energia oferecida por outros Estados membros da União.

A classe política paranaense deve tomar uma posição firme e incisiva, criando uma estratégia de atuação, visando o bem do povo paranaense, supra-partidariamente, perante este importante assunto, pois a história não poderá cobrar nossa omissão."

Senhor Presidente e Senhores Deputados. Eu pediria, inclusive, vênha à Presidência da Casa para que se registrasse nos Anais desta Casa, trechos desta importante nota da "Gazeta do Povo", visto que não tenho tempo de Liderança e nem mais tempo me resta. Diz: "Paraná corre risco de perder o gasoduto por falta de interesse." De forma organizada, apresentaram todos os argumentos que os outros Estados vêm apresentando: São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, para que o gasoduto passe pelas suas regiões. E nós estamos mais próximos, como prova a própria "Gazeta do Povo", num trabalho muito bem elaborado, de que na realidade, a diminuição da distância e os ganhos que o Paraná trará para o seu território, assim como para o Brasil, são significativos.

Outros Estados, confessadamente, fazem pressões. A "Gazeta do Povo" já demonstrou, de forma insistente, os benefícios para o Brasil e para o Paraná. A perda desta rota vai significar um prejuízo incalculável, ficando toda uma imensa região alijada de possibilidades de desenvolvimento industrial. E isto é uma preocupação bastante séria.

Em abril nós teremos a definição. E dia 19 de abril está batendo às portas e até lá nós temos que agilizar, através do Poder Legislativo, uma forma de apoio ao Governo do Paraná e uma forma de apoio à sociedade paranaense, para que não percamos esta passagem do gasoduto pelo nosso Estado.

A Comissão que estuda as alternativas do roteiro, fez uma reunião no último dia 19, contando inclusive com a participação da delegação paranaense, com técnicos da COPEL, que levaram a Brasília os argumentos técnicos que são de peso decisivo. O gasoduto, pelo Paraná, vai ficar mais de 100 km mais curto, portanto é mais econômico para o País.

Mais adiante, diz a Gazeta que: "visa beneficiar áreas regularmente povoadas e com desenvolvimento econômico equilibrado, apta a usar o gás estrategicamente e vai fortalecer a possibilidade de dois fornecedores: Argentina e Bolívia".

Mais adiante diz que: "a Comissão não conseguiu decidir pela rota por Foz do Iguaçu, apesar dos argumentos técnicos."

E levanta, ainda mais, este jornal, que a preocupação maior se prende ao fato de que no Paraná nós estamos presos à burocracia técnica, faltando uma pressão mais decisiva e incisiva em cima do Governo Federal, para que nos empenhemos nesta decisão com relação ao gasoduto.

Em São Paulo, unido com Minas Gerais, já foram realizados estudos que a rota mais inteligente - e este "inteligente" o jornal destaca como sendo para eles, porque para nós ele representa apenas prejuízo. Cobra a "Gazeta do Povo" a sua preocupação com a omissão da classe política paranaense e da sociedade paranaense em não efetivarmos uma ação conjunta, de forma geral o Executivo e o Legislativo, para que possamos exigir também da nossa Bancada a nível Federal, o empenho e a participação incisiva, para que esta decisão beneficie o Estado do Paraná. Por isso, ela faz esta convocação.

Enquanto os outros Estados estão mobilizados, o Paraná espera que apenas com argumentos técnicos e econômicos, que os políticos se sensibilizem. O momento é histórico, os argumentos estão a favor do Paraná, mas a futura geração de paranaenses jamais perdoará se não houver o empenho para que a conquista seja realizada. Há necessidade premente de que todos, Deputados Estaduais, Federais, Senadores, Secretários de Estado, o próprio Governador do Paraná, demonstrem de forma unida, o interesse dos paranaenses. Se o gasoduto não representasse enorme benefício social, os outros Estados não estariam assim, tão interessados em retardar a aprovação do roteiro por Foz do Iguaçu.

O Paraná deve acordar rápido para a importância estratégica do gasoduto. O gás em todas as nações desenvolvidas, por ser combustível de alto rendimento, preço vantajoso e pouco poluente, já ocupa lugar de destaque, e tende subir rapidamente. No Brasil, só agora a distribuição, inclusive para o consumo doméstico, começa a ser organizada, mas se as autoridades e políticos do Paraná não se unirem, podemos perder o momento histórico e amargar por muito anos, mais consequências.

Por isso, Senhor Presidente e Senhores Deputados, nós acreditamos que o nosso discurso neste momento, neste Plenário, representa uma preocupação - não deste Deputado - mas representa uma preocupação econômica para o Estado do Paraná e que possamos, inclusive, ter a decisão tomada pela Mesa da Casa no sentido de viabilizar o que estamos requerendo aqui: convocação imediata das lideranças partidárias ou uma Sessão Extraordinária para ouvirmos as

partes técnicas do nosso Estado, para que juntos possamos atender, inclusive, este reclamo do Paraná que nada mais é do que o reclamo da sua sociedade, no sentido de que consigamos fazer com que o gasoduto beneficie o nosso Estado.

Era só, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra, o Deputado Colombino Grassano.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Duas razões me trazem à tribuna desta Assembléia nesta tarde. A primeira é para comunicar aos Senhores Deputados que a Comissão de Constituição e Justiça deverá, amanhã, fazer uma sessão especial, quando receberá o Senhor Presidente da SANEPAR, Doutor Stênio Jacob e o Senhor Coordenador do programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, Doutor Celso Carneiro, que farão uma exposição de como serão aplicados os recursos, frutos de um possível empréstimo de cento e trinta milhões de dólares à Região Metropolitana.

Gostaria de deixar bem claro aos Senhores Deputados e ao Senhor Presidente nesta Sessão, sobre a participação da Comissão de Constituição e Justiça nessas convocações e nas comissões por ela organizadas. Nada no Regimento Interno impede que a Comissão de Constituição e Justiça possa convocar qualquer cidadão. Aliás, é expresso na Constituição e expresso, naturalmente, no Regimento Interno.

Desde o primeiro dia, logo que assumi a Presidência da Comissão, falando com todos os Senhores quatorze outros membros, estabelecemos um princípio de que transformaríamos a Comissão de Constituição e Justiça num fórum de debates da Assembléia Legislativa do Paraná. Não queremos nos sobrepor à atuação do Plenário desta Assembléia Legislativa, mas trazer os problemas paranaenses para um ambiente mais discreto, onde a autoridade, o cidadão, possa se expressar livremente, sem a preocupação maior de empolgar as grandes platêias.

Nos debates dos assuntos importantes que dizem respeito ao Paraná, temos trazido as autoridades - não as temos convocado - temos convidado as autoridades governamentais que têm vindo à Comissão prestar os esclarecimentos, e mais do que esclarecimentos, orientar e trazer subsídios aos Senhores Deputados, para que membros da Comissão de Constituição e Justiça, possam apenas não votar sob o aspecto constitucional, legal, jurídico ou da técnica legislativa, mas votar também no Plenário

com consciência plena daquilo que está realmente sendo votado, sabendo do que se trata, indo a fundo nos grandes problemas do Estado e nas Mensagens governamentais.

Era a posição que eu tinha que dar aos menos avisados da Assembléia Legislativa, para que não paire qualquer dúvida sobre o comportamento ético da Comissão de Constituição e Justiça, porque ali são quinze homens - como em toda Assembléia Legislativa - mas especialmente quinze homens preocupados com os problemas do Estado e trazendo para esta Comissão o debate, o esclarecimento e mais do que isto, as informações precisas daquelas pessoas que, investidas de cargos públicos, têm o dever de prestar esclarecimentos à comunidade paranaense. E esta Assembléia nada mais é do que a ressonância das aspirações do Paraná.

O Sr. Mário Bezerra - Vossa Excelência permite um aparte?  
(Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo trabalho que tem feito junto a Comissão de Constituição e Justiça, concedendo aos membros daquela Comissão a oportunidade de exercerem o seu poder constitucional, que é de fiscalizar os atos do Executivo. Tenho certeza de que o nome de Vossa Excelência, como Presidente daquela Comissão, ficará como uma lembrança saudável e altamente democrática, porque exemplos como este devem ser seguidos.

Apenas pedi um aparte para registrar a minha felicidade e o meu contentamento pela magnífica direção pela qual Vossa Excelência tem feito junto à Comissão de Constituição e Justiça.

Meus parabéns a Vossa Excelência.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Muito obrigado.

Devo também esclarecer que, levado por um princípio de solidariedade, comuniquei-me, para a Sessão de amanhã especialmente, com o Senhor Presidente da Comissão de Meio Ambiente, o Deputado Cleiton Crisóstomo, para que também Sua Excelência participe como dirigente daquela reunião, e de todos os membros da importante Comissão de Meio Ambiente.

Em segundo lugar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, tenho a informar ao Plenário que: (Lê)

"Em 17 de fevereiro próximo passado, manifestei-me nesta Casa, no sentido de que o Poder Legislativo Paranaense se irmanasse na luta da Comissão Mista Paraguai-Brasil, pela construção de uma segunda ponte ligando a nossa Foz do Iguaçu à Ciudad de Leste, no Paraguai.

Requeri - e tive aprovado por unanimidade - a expedição de expediente que levasse a Sua Excelência o Senhor Ministro

de Estado das Relações Exteriores, Doutor José Francisco Resek, a palavra oficial desta Assembléia Legislativa, transmitindo o anseio dos paranaenses que querem ver realizada esta obra, para que já neste amanhã que se aproxima, com o MERCOSUL, não tenhamos problemas sérios de acesso entre os dois Países - Brasil e Paraguai.

Com satisfação, tomei conhecimento que no dia 25 de fevereiro próximo passado, comitiva composta pelos Senhores: Presidente da Comissão Mista, Doutor Sérgio Lobato Machado - Delegado da 1.ª Câmara do Comércio Paraná-Paraguai; Doutor Gregório Ramon Morales, Delegado do Governo do Alto Paraná; Doutor Amado Benitez Gamarra, Intendente Municipal de Ciudad de Leste; Senhor Reinerio Santacruz, Intendente Municipal de Presidente Franco; Senhor Mustafa Shihade, Representante da APRINCO; dos Vereadores de Foz do Iguaçu: Senhor Edson Valente, Senhor Walter Lima e Jefferson Bianco e ainda que se faziam acompanhar do Doutor Juan Bufo, Conselheiro da Embaixada do Paraguai no Brasil; dos Senadores: José Eduardo de Andrade Vieira e Afonso Camargo; dos Deputados Federais: Werner Wanderer, Max Rosenmann, José Felinto e Paulo Munhoz da Rocha; do Deputado Estadual Dobrandino Silva; e do Senhor Reinaldo Coimbra Belich, esteve em Brasília mantendo audiências com autoridades brasileiras.

Foram pelo Senador Mauro Benevides, Presidente do Congresso Nacional, recebidos os membros da Comitiva, no Salão Nobre do Congresso, ocasião em que o Doutor Gregório Ramon Morales, após fazer exposição de motivos, salientou a fraternidade e permanente cooperação entre os Governos brasileiro e paraguaio, recebendo do Presidente do Congresso palavras de estímulo e de total apoio ao programa apresentado.

A seguir, estiveram os membros da Comitiva e as demais autoridades que a acompanhavam, em visita ao Ministro Francisco Rezek, cuja agenda obtida através do Deputado Max Rosenmann, e ali no Ministério das Relações Exteriores foram salientados os sucessos das concretas obras bilaterais: Ponte da Amizade e Itaipu Binacional, que engrandecem os dois Países.

Sua Excelência o Ministro Rezek, enfatizou ter já conversado demoradamente sobre o assunto com o Excelentíssimo Senhor Presidente do Paraguai, Senhor Andrés Rodriguez, quando juntos estiveram na cidade de Canelas, Rio Grande do Sul, tendo na ocasião, se comprometido a facilitar e apressar os trâmites diplomáticos do procedimento legal.

Disse mais Sua Excelência o Senhor Ministro Rezek, que já havia designado um Diplomata, o Doutor Rodrigo de Amaral Souza, 2º Secretário da Divisão da América

Meridional, para, permanentemente, contactar com a Comissão Mista Paraguai-Brasil.

Após a audiência com o Ministro Rezek, estiveram os componentes da Comitiva, em contato com o Ministro da Infra-Estrutura, Doutor João Santana, onde, com o Secretário Adjunto, Doutor Amir Galdino de Oliveira, debateram a matéria e receberam informações de que o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Doutor Fernando Collor de Mello, já autorizara estudos para a realização da obra "Ponte da Fraternidade".

Senhor Presidente, Senhora Deputada, Senhores Deputados.

Vemos então, que caminha em passos cêleres o projeto que trará grandes benefícios ao nosso País e, especificamente ao Paraná, o que nos enche de júbilo e satisfação.

E o que tinha a comunicar aos meus Pares.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Ernani Pudell.

O SR. ERNANI PUDELL - O mandato eletivo obtido através do sufrágio secreto e universal, se assemelha no nosso entendimento à procuração que é outorgada aos advogados. Com apenas a diferença de que o advogado ao receber uma procuração, compromete-se a zelar e a defender os direitos e interesses individuais de seu constituinte, enquanto que o mandatário de um cargo público, se expressa através dos compromissos de campanha, das causas e dos ideais que pretende defender, e a partir daí, se estabelece um autêntico pacto ou acordo, um contrato de compromissos mútuos entre o eleitor e o eleito.

Senhor Presidente, Senhores Deputados, no dia de ontem, passaram-se exatamente dois anos do Governo Collor em nosso Brasil.

Eu acredito que neste momento é fundamental que nós passemos a lembrar os compromissos assumidos pelo então candidato, façamos uma reflexão e uma avaliação, sobre o que significou à luz dos compromissos assumidos, esses dois anos para o nosso País.

A procuração que Fernando Collor de Mello, recebeu do povo brasileiro está talvez, expressa de uma forma clara, sintética nesse documento intitulado "Projeto Brasil Novo".

São os compromissos assumidos com o candidato perante o povo brasileiro. Para não se dizer aqui que o PT é radical é contra tudo, contra todos, nós vamos fazer um esforço de memória e lembrar aqui alguns dos compromissos que o nosso Presidente da República assumiu com a Nação e

quais são os resultados práticos, qual é a prática que o seu discurso trazia para nós.

"Compromissos de minha Geração" entre aspas, "não venho em nome dos que têm fome de poder, mas sim, em nome dos que têm sede de justiça.

Quero ser a voz dos oprimidos, dos desassistidos, dos espoliados e dos humildes, que nunca tiveram voz, nem vez no processo histórico brasileiro. Venho em nome da fé, como mandatário da verdade e sob inspiração da liberdade com justiça para promover entre aspas "a prosperidade coletiva, assegurar a soberania nacional reformar as práticas e as velhas estruturas e banir de vez os vícios da incompetência, da corrupção e das práticas espúrias que infelicitam o País, degradam a atividade política e envergonham a Nação.

"Diz mais ainda um dos pontos centrais do discurso do então candidato Fernando Collor de Mello.

Eleito Presidente da República, meu primeiro compromisso será o de declarar guerra permanente, obstinada e sem trêguas aos dois piores males que infelicitam a Nação. Disvirtua-se a cidadania e afrontam o nosso patriotismo. A inflação e a corrupção representada pela deteriorização dos costumes que grassam o nosso País, paralizados pela descrença ante a impunidade que protege os que fraudam o fisco, se apropriam do dinheiro público e especulam com o poder do Estado.

A probidade, a honradez pessoal e o equilíbrio, a serenidade, o devotamento às causas coletivas, a inteireza de caráter e a retidão moral no trato da coisa pública serão requisitos indispensáveis a todos que participarem do meu Governo".

Obviamente os Senhores Deputados, não de reconhecer que essas palavras proferidas hoje, lamentavelmente se tornam patéticas e motivo de riso entre todos nós.

O Governo Collor, portanto, disse que dos principais objetivos do seu Governo era em primeiro lugar o combate a corrupção.

Só no Governo Collor nós já tivemos mais de duzentos inquéritos da Polícia Federal que apuram os escândalos cometidos por pessoas do 1º e do 2º escalão desse Governo.

Só lembrando aqui também, que o Presidente proclamou solenemente a Nação que seria responsável por todos os atos de seus Ministros indicados diretamente por ele.

Já se foi Alcení Guerra, pedalando nas bicicletas da Caloi, super faturadas, nas mochilas, nas compras fraudulentas do Ministério da Saúde.

A Nação assistiu estarecida, envergonhada as palavras proferidas pelo então

Ministro do Trabalho Rogério Magri, quando numa linguagem chula, baixa, fazia descaradamente, propostas de corrupção ao auxiliar seu direto, na Previdência Social.

Sem falar no escândalo da LBA, em que a esposa do Presidente da República foi acusada de estar utilizando recursos da LBA, através de super faturamento de cestas básicas que se destinariam, essencialmente, a minimizar o efeito da miséria sobre o povo brasileiro.

O Senhor Presidente também nos prometeu eliminar a inflação, e eu quero ler aqui um trecho aos Senhores Deputados, que hoje todos nós sabemos que a inflação continua alta, apesar de nós estarmos na pior recessão que este País já passou.

Apesar de toda a recessão, a inflação está extremamente alta, e hoje todos os economistas são unânimes em dizer que os índices de inflação estão a 20% ou mais no Brasil apenas e exclusivamente em razão da ausência de uma política salarial que tem permitido o maior arrocho salarial que se teve notícia.

Ou seja, Fernando Collor de Mello está fazendo exatamente o que faziam, o que determina o receituário ortodoxo do FMI: se derruba a inflação com a fome, o arrocho salarial e a recessão.

Agora, o que nos prometia então, ao povo brasileiro o ilustre Fernando Collor de Mello?

O trabalhador brasileiro, responsável pelo progresso, pelo desenvolvimento e pelo desemprego econômico do País, tem sido permanente e historicamente marginalizado, na medida em que sobre ele tem recaído sempre o peso e o ônus de todos os sacrifícios impostos pela sucessão de crises a que estamos submetidos, de forma intermitente, nos últimos 60 anos.

Precisamos "vejam bem, Senhores Deputados, registrem", precisamos sepultar a idéia plantada pelos Governos ao longo dos últimos anos, de que aumentos salariais são fatores de inflação. "Não é o Lula que disse isso, não, é o Collor, está aqui escrito, posso passar uma cópia aos Senhores Deputados se não acreditarem.

"O desejável é que numa economia livre e competitiva, favorecida por uma política realista de pleno emprego", pleno emprego, Senhores Deputados!.

Só no Paraná, na indústria a queda e o desemprego no mês de fevereiro chegou a 20, 30% de aumento, em setores como o têxtil a mais de 40%.

Fábricas paralisadas, Senhores Deputados, e ele nos prometia o pleno emprego.

"Precisamos buscar a livre negociação que é a prática sadia das economias de países fortes economicamente".

Senhores Deputados, é possível negociar um salário com o patrão quando há 50

trabalhadores na fila da espera daquele que está reivindicando aumento salarial?

"Estamos porém ainda longe desta realidade, por isso é imprescindível que o Poder Público exerça a sua função reguladora e o seu poder de mediação, para que os preceitos da Legislação trabalhista, as normas de proteção, segurança e higiene do trabalho e a política salarial atendam às peculiaridades e às realidades regionais e setoriais da Economia".

Estamos, Senhores Deputados, frente à livre negociação e não temos sequer uma política salarial que recomponha, pelo menos parcialmente, o poder de compra dos trabalhadores.

Diz ainda o Senhor Presidente, solenemente: "Posso assegurar que, eleito Presidente da República, ninguém terá salários aviltados, e nenhum ônus gravará o rendimento do trabalhador brasileiro. A classe trabalhadora deixará de ser simples fornecedora de mão-de-obra do setor produtivo para se transformar na parceria privilegiada de nosso desenvolvimento.

A todos, garanto, sem restrições aquilo que foi o sonho de Lindolfo Collor, bem-estar e justiça social..." Palavras do Fernandinho.

Eu apenas quero registrar aqui que o salário mínimo que o nosso Presidente assegurou que não seria aviltado, o salário mínimo atual no Brasil, permite o trabalhador brasileiro, consumir 1.700 calorias de alimento por dia. Apenas para ficar na linha da pobreza absoluta, para não cair na linha da miséria nós precisaríamos hoje, que um trabalhador brasileiro tivesse condições de consumir, pelo menos, 2.300 calorias.

O nosso Fernandinho, esse transvertido em defensor dos descamisados, conseguiu a façanha de empurrar 42% da população brasileira para a linha da miséria, não falo em pobreza absoluta, Senhores Deputados, eu estou falando em miséria, subnutrição, fome.

Esse mesmo Presidente da República, permitiu cenas como esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados, de uma fotografia tirada não nos confins de Alagoas, onde existe lá o homem Gabiru, mas sim na próspera e rica cidade de Cascavel, uma cena que talvez dispensa comentários pela dramaticidade do que ela está aqui registrando.

Em baixo de uma lona, atrás da rodoviária de Cascavel, o velório de um menino de um ano e oito meses, filho de um vendedor de loterias, sendo velado num caixão em baixo de um barraco de lona, essa criança faleceu de parada cardio-respiratória, meningite bacteriana e atrofia cerebral, em outras palavras, morreu de fome, na próspera cidade de Cascavel.

Este é o paraíso dos descamisados que

nos prometeu o Fernandinho. Agora, eu quero registrar aqui, porque isso se não fosse trágico, Senhores Deputados, seria cômico, um compromisso do nosso Presidente da República com os aposentados, diz aqui: "O dinheiro do trabalhador, o aposentado precisa de justiça e não de caridade. O Governo não terá mais ingerência, nem manipulará como tem feito até hoje impunemente o dinheiro da previdência, que é do trabalhador brasileiro, nem as demais contribuições a que ele pertencem, como é o caso do Fundo de Garantia por tempo de serviço, PIS e PASEP".

Então, o nosso Governo não vai mais manipular, segundo Fernando Collor de Mello, as verbas da previdência do FGTS, do PIS, PASEP, o Magri que o diga.

Agora, o que é mais grave, sobre os aposentados, ele garantiu, a correlação Constitucional dos valores das aposentadorias com o salário mínimo será mantida em qualquer circunstância, pondo-se fim de vez à terrível discriminação de que foram vítimas durante tantos anos e, ainda hoje, os beneficiários do sistema previdenciário.

O aposentado precisa de justiça e não de caridade. Ele prometeu, assumiu compromisso, está aqui escrito, de que ele ia manter em qualquer circunstâncias, a correlação Constitucional dos valores da aposentadoria com o salário mínimo.

O que é que aconteceu com os 147% dos aposentados? Esses foram jogados para 93 através do procedimento espúrio do precatório requisitório que vai determinar o pagamento desse direito sem correção monetária daqui a um ano e pouco.

Eu vou mais além, não apenas a mentira, o engodo, a fraude, o estelionato eleitoral que este cidadão cometeu com os aposentados neste País, quando prometeu a correlação do reajuste do salário mínimo com a aposentadoria, e que hoje descaradamente nega.

Ele foi mais além, ele cancelou, está aqui, uma passeata Senhores Deputados, trezentas mil aposentadorias de trabalhadores rurais neste País, levando 6 meses para restabelecer o pagamento que será feito sem juros e sem correção monetária. Há pessoas que dependem de um salário para sobreviver. Não se trata de aposentadorias de marajá, do Magri! Isso aqui é aposentadoria de trabalhador rural, gente que trabalha desde os 11 anos de idade e que estão sendo negadas por este governo de forma criminosa que é, nada mais, do que o mínimo que eles precisam para continuar sobrevivendo e quem sabe, oxalá, chegar até 94 para que nós passamos nos livrar, definitivamente, deste mal.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. Poderíamos ficar lendo aqui mais duas ho-

ras o programa do "Fernandinho": Aqui ele fala, por exemplo, da privatização. Quando ele diz que não vai entregar o patrimônio nacional, que ele vai vender apenas as empresas que dão prejuízo, que ele vai mudar a forma de gestão das empresas estatais lucrativas, torná-las mais democráticas. Seria aqui até desnecessário lembrar o que aconteceu com a USIMINAS e o que está para acontecer com a PETROBRAS.

Ele disse o seguinte, para enganar os descamisados: "É preciso dizer, aqui e agora, dizermos juntos depois da vitória nas eleições de 15 de novembro, dizermos,"- no dia da posse. "Sempre durante todo o nosso governo que não nos conformamos porque passam diariamente milhões de brasileiros", ele não se conforma, realmente. O dinheiro da LBA estava indo para comprar camarão e seda para decorar o Palácio do Planalto. Realmente não se conforma com a fome de milhões de brasileiros!

"Não nos conformamos com a miséria, com a desnutrição, com a mortalidade infantil. Não nos conformamos com as condições subumanas de habitação, da falta de saneamento básico". Aliás, tem um dado interessante, saneamento básico. O Presidente da República diminuiu os gastos com investimentos na área social em 33% em relação ao Sarney. Ele está pior do que o Sarney, reduziu 1/3 os gastos do governo com saneamento, com educação, com saúde. Hoje o orçamento com saúde da União representa 0,8% da arrecadação do Governo Federal, 0,8% e ainda a gente tem que descontar as bicicletas, mochilas e etc, etc. ... para ver quanto é que sobra e quanto é que vai chegar nas mãos do cidadão brasileiro em termos de serviço público.

"Com a precariedade dos transportes coletivos, não nos conformamos com a indignidade do salário mínimo que não permite a sobrevivência do trabalhador e sua família. Não nos conformamos com a queda da qualidade de ensino e dos índices de evasão e de repetência das escolas".

Senhores Deputados, Senhor Presidente. O PT quando tem falado na possibilidade de um "impeachment" ao Presidente Fernando Collor de Mello, muitos que, calados, hoje não respondem sequer às críticas que são feitas ao Presidente, embora sejam a elite de sustentação deste Governo, inclusive do fisiologismo que agora se instalou no Congresso Nacional - que estão dando sustentação a este Governo quando se fala em "impeachment", levantam das cadeiras apavorados e dizem - "Não, isso é um golpe contra a democracia". O Presidente foi eleito pelo povo e não podemos admitir a possibilidade sequer de falar num "impeachment" ao Presidente da República.

Senhores Deputados, juridicamente este



governo está carregado de denúncias e de crimes que possibilitam o impedimento legal do Presidente da República. Agora, politicamente, Senhores Deputados, é a pergunta que eu faço: Se algum de nós outorgar uma procuração a um advogado, constando explicitamente no mandato, a responsabilidade que ele tem que assumir na defesa de interesses, e posteriormente se verifica que o nosso constituído não está cumprindo com o que prometeu, com o que assumiu ao receber a procuração. Então temos o remédio jurídico e político da revogação dessa procuração.

Faço aqui essa ponderação porque o momento que passa a Nação brasileira é muito delicado. Eu faço uma pergunta aos Senhores para que reflitam profundamente: É possível suportar mais três anos de Governo Collor? É possível? A exceção dessa pequena elite no Brasil que tem se preservado de seus ganhos econômicos, culturais, sociais, para o resto do povo. É possível suportar mais três anos desta mentira que nós temos instalado em Brasília hoje? Qual é a consequência social da manutenção dessa política de Fernando Collor de Mello com recessão, combinando recessão com desemprego, com baixos salários, com inflação, com diminuição de vencimento nos setores sociais. Nós não temos uma política compensatória para minimizar o sofrimento dos trabalhadores, não temos seguro desemprego, não temos política de assistência de saúde, de educação, não temos uma política de abastecimento alimentar aos desempregados, aos que ganham até dois salários mínimos, que estão colocados abaixo da linha da pobreza. É possível assistirmos passivamente a esse genocídio contra o povo brasileiro, que está matando nosso povo de fome e subnutrição. É possível aguentarmos calados mais três anos em nome de uma procuração que foi fraudada?

Essa é a pergunta, Senhores Deputados, que cabe a todos nós como Parlamentares eleitos. A democracia para se fortalecer precisa antes de tudo da coerência daqueles que foram eleitos, da fidelidade deles com os compromissos assumidos. A fraude que Fernando Collor de Mello está implantando neste país depõe contra o sistema democrático. É preciso que nós encontremos saídas, sim, dentro do sistema com um ordenamento jurídico constitucional para este Governo que está aí, ou nós queremos aqui começar a assistir ao que se iniciou na Venezuela. Ou alguns dos Senhores aqui acham que o quadro da Venezuela é mais delicado que o nosso do ponto de vista social. Pelo contrário, estão numa situação econômica e social muito melhor do que a do Brasil, e olhem o que está acontecendo lá.

Então Senhor Presidente, Senhores De-

putados, o nosso entendimento é que neste momento a sociedade brasileira não pode mais deixar Fernando Collor de Mello convencido de que ele terminará seu mandato impunemente, sem que haja necessidade de uma mudança de rumos na sua política econômica e social.

Eu concedo aparte ao Deputado Paulo Maia.

O. SR. PAULO MAIA - Eu me somo à preocupação de Vossa Excelência e creio que o que Vossa Excelência está dizendo nada mais é do que aquilo que sente a mais sofrida classe que não tem essa tribuna para denunciar, e com certeza muito daquilo que Vossa Excelência está denunciando aqui nada mais é do que fazendo uma retrospectiva das promessas do próprio Governo Federal que aí se encontra, amanhã nós não estaremos vendo em lugar algum o posicionamento de Vossa Excelência sendo divulgado e sendo levado ao conhecimento do povo do Paraná, isto é lamentável porque nós vemos frequentemente espaços divulgando as quantias volumosas que dizem dos salários dos Deputados e de outros mais. E nós temos certeza que compete a toda imprensa dar conhecimento à sociedade como um todo também, desse tipo de pilantragem, porque se o 147% aos aposentados não foram pagos nós estamos vendo aí a cada momento sendo jogada ao conhecimento da sociedade para onde está indo a verba que seria destinada ao pagamento dos 147%.

Eu creio que a classe sindical quando Vossa Excelência cita, o ex-Ministro Magri, ela se sente bastante satisfeita com esta tomada de posição porque descaracterizou-se de fato um fisiologista dizendo-se representante sindical, e isto aí está sendo posto ao conhecimento da sociedade como um todo. E queira Deus tenhamos respostas incisivas e que a cadeia de fato represente também a morada desses que estão lesando a Pátria, de fato que isso represente, porque, lamentavelmente, quando se traz assuntos quanto este e quanto aqueles denunciados, inclusive, por nós no início do ano passado quando se desviava um bilhão de dólares das verbas destinadas à educação, nós não vimos estes cidadãos irem para a cadeia, nós não vimos estes cidadãos ressarcindo aos cofres do dinheiro que foi roubado, que é o dinheiro que falta hoje para o pagamento da Previdência, que é o dinheiro que falta hoje para o salário mínimo, que é dinheiro que falta hoje para a saúde, que é dinheiro que falta para a agricultura. Então, nós estamos vendo que de fato há uma bateria de denúncias. Daqui a pouco se criam eventos a exemplo do Carnaval, a exemplo do Natal, agora nós vamos ter a Páscoa, quem sabe aí se encoberta novamente, cria-se outro epi-

sódio e deixa este para trás; daqui a pouco, vem o futebol e as coisas mais sérias deste País são encobertas, são acobertadas por este tipo de jogada que sempre tomou conta do Brasil. Isto é ruim.

Mas eu quero dizer a Vossa Excelência e a este Plenário que não me somo com a proposta de que o restante deste Governo some apenas em insucessos. Então, eu quero que este Governo ainda acerte, porque acertando quem ganha é a sociedade brasileira, é trabalhador do salário mínimo, quem ganha somos nós brasileiros.

Agora, lamentavelmente, aqui tem que se registrar, e já foi dito desta tribuna inclusive por nós diversas vezes que nós estamos vendo, mais uma vez, vendo a cartilha que quer o Fundo Monetário Internacional. Eles estão ditando as regras da nossa economia, eles estão dizendo aos nossos economistas o que devemos fazer. Nós estamos frequentemente pegando o chapéu, viajando para o Exterior, para que eles nos digam o que devemos fazer para acabar de matar o trabalhador do serviço público. E o que o jornal O PARANA de Cascavel apresenta nada mais é do que a realidade que hoje vive a sociedade como um todo. Nós pudemos assistir na semana passada, quando fazíamos visita às aldeias paranaenses, à triste realidade que também assola os índios do Paraná, uma revolta total, um descrédito total, inclusive com resistência à comissão de deputados porque lá eles achavam que estavam chegando também pessoas que só se beneficiavam da desgraça do povo e no momento político voltavam lá apenas para pedir votos e que ninguém queria saber da situação do índio.

Por isso, me somo a Vossa Excelência e com certeza o Brasil inteiro devia reclamar, o Brasil inteiro devia protestar, devia se manifestar para que, de fato, achássemos um caminho que este País merece e não este caos que se instalou hoje.

Muito obrigado.

O SR. ERNANI PUDELL - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, a contribuição.

E, para concluir, é importante que todos nós tenhamos a consciência do que representa hoje a política neo-liberal do Governo Collor para o nosso País. Esse discurso da modernidade, da competitividade, da eficiência, nada mais é do que uma cortina de fumaça para encobrir uma aceitação passiva da doutrina do Fundo Monetário Internacional, escancarar as portas da economia nacional para o capital nacional, criar um centro de concentração de riquezas onde os mais fortes irão sobreviver. E eles têm "um detalhe" nesta política do Collor que não pega bem, que não funciona, mas para eles é apenas um detalhe. Existem cinquenta e dois milhões de brasileiros que vão morrer de fome, mas é apenas "um

detalhe", afinal de contas nós vamos para o primeiro mundo, nossas empresas vão se tornar mais eficientes, os oligopólios, os monopólios estarão em melhores condições de competir no mercado internacional. Isso é apenas "um detalhe". Quem sabe o cólera já livre um monte de brasileiros, e a aids outro tanto. E o que dói para a gente, Senhores Deputados, concluindo Senhor Presidente, é assistir ao cinismo e à hipocrisia deste Presidente quando fez o pronunciamento na televisão dizendo que ia combater a corrupção, trazer o desenvolvimento econômico e a distribuição de renda. Não bastasse essa política criminoso, ainda somos obrigados a ver o cinismo e a hipocrisia deste cidadão na Presidência da República.

Muito obrigado pela paciência de Vossa Excelência, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Horário das Lideranças:

PSDB - (Declina).

PTB - (Declina).

PDT - (Declina).

PST - (Declina).

PFL - (Declina).

PRN - (Declina).

PMDB - Com a palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muita satisfação nos tem dado, especialmente no ano de 1991, as manifestações que temos lido e ouvido através da imprensa e das pessoas que militam na área política, acerca do trabalho que desenvolve a Assembléia Legislativa do Paraná, sob a sua presidência, do Deputado João Arruda, do Deputado Traiano e de todos nós, enfim, que a compomos. Mas Senhor Presidente, Senhores Deputados, alguns fatos que vêm ocorrendo na Assembléia Legislativa de certa forma nos tem preocupado. Nos preocupamos porque em determinado momento, a gente começa a se aperceber de que posturas, eu diria, pessoais, e muitas vezes movidas até pelo oportunismo do momento, fazem com que em determinadas ocasiões, a Assembléia Legislativa não só perca o seu tempo e seu trabalho como também se submeta a situações que possam ridicularizá-la. Eu tenho em mãos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o despacho exarado pelo nobre Presidente da Comissão de Justiça, Deputado Colombino Grassano, a cerca do episódio envolvendo Hasiel Pereira, BANESTADO. Aquela história de telefonema, aquela história da Comissão por serviços prestados que havia sido cobrado pelo BANESTADO numa carta de fiança oferecida a empresa, Lojas do Pedro por acasião da concorrência do Ministério da Saúde. Desde

a primeira hora em que o assunto veio aos jornais, os esclarecimentos foram prestados a este Poder Legislativo, através do Deputado Oswaldo Trevisan que falou em nome da Bancada do Governo, esclarecendo que tudo aquilo não passava de uma rotina do serviço bancário, que não são o BANESTADO, mas todos os organismos bancários prestam fiança e que para isto cobram uma taxa que é estipulada não pelo Banco, mas pelo próprio Banco Central. Não contente com isto, o Deputado Mário Bezerra propôs a nível de Comissão de Justiça que se promovesse um debate, que se ouvissem Hasiel Pereira, que se ouvisse Heitor Wallace, que se promovesse até se fosse o caso uma acariação entre ambos e me parece que de alguma forma colocou a Comissão de Constituição e Justiça numa situação de dificuldade ao nosso ver. A Comissão se reuniu no dia 11.03 e o que conclui, a síntese do que foi lá falado pelo Hasiel Pereira. Diz o ex-Vereador Hasiel Pereira: que o diálogo descrito como havia entre ele e o Diretor Presidente do BANESTADO só tem como registro a sua memória, que não possui testemunhas do ocorrido e que várias outras informações que teria, lhes foram fornecidas de forma oblíqua. E ao final, diz o Presidente Colombino Grassano: "em passant", analisando o teor do depoimento retro (?), principalmente no que tange ao aspecto essencial do Requerimento em tela, tenho que a continuidade do presente feito viola qualquer princípio de consciência e ordem jurídica, sob hipótese que nenhum interesse traz a esta Casa, como se deduz, a existência ou não de crime contra a honra, é matéria a ser decidida em outra esfera e como estabelecido em lei substantiva, subordinado a prévia existência de queixa ou em outra hipótese na legislação especial que trata de crimes contra a honra praticadas por meio da imprensa. Decisão: Nestas condições, considerando as disposições contidas no Artigo 42, letra "b" do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, determino o cancelamento de qualquer outra convocação e o arquivamento do presente feito.

Cumpra-se.

11 de março, - Sala das Sessões,  
Deputado Colombino Grassano  
Presidente".

Vejam Senhores Deputados: a Assembleia esteve envolvida em determinado momento, em cima de uma situação que desde a primeira hora, mais parecia um oportunismo político daqueles que se manifestavam a respeito e nós entendemos, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a Assembleia não pode ser colocada sob o ridículo, apenas pelo interesse desse ou daquele Parlamentar, dessa ou daquela pessoa da sociedade.

Em razão disso Senhor Presidente, e tendo em vista o outro requerimento da lavra do Deputado Mário Bezerra, também à Comissão de Justiça, porque nós queremos nesse momento, endereçar a Vossa Excelência, uma questão de ordem, que passo a ler: (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

QUESTÃO DE ORDEM

Senhor Presidente.

Tendo em vista a apresentação de requerimento da autoria do Deputado Mário Bezerra, em reunião da Comissão de Constituição e Justiça no dia 10 do corrente mês, em que é requerida a formação de Comissão Especial para investigar a compra e distribuição de material escolar pela FUNDEPAR e, considerando que os arts. 28 e 33 do Regimento Interno, concomitantemente com o inciso II deste último dispositivo, ao estabelecer as atribuições das comissões, são unânimes em afirmar que estas atuam estritamente em razão de suas respectivas competências; considerando ainda que, no citado art. 33, § 2º, que determina a competência específica da Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que esta se manifesta sobre proposições quanto ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa e, considerando, ainda, que dentre as manifestações de mérito da referida comissão não encontra-se a atividade fiscalizadora. Tendo-se ainda presente que as atividades fiscalizadoras são de competência de comissão específica, a saber, a comissão de Fiscalização, referida no § 15, do art. 33, do Regimento Interno, requer-se a manifestação de Vossa Excelência, no sentido de esclarecer a este Deputado sobre a possibilidade de o requerimento supra-mencionado estar extrapolando a competência específica da Comissão de Constituição e Justiça, em detrimento da comissão de Fiscalização.

Sala das Sessões, 16.03.92.

(aa) ORLANDO PESSUTI

Líder do Governo e PMDB

PLAUTO MIRO GUIMARAES

MÁRIO BEZERRA

Quero também neste momento, Senhor Presidente, manifestar nossos cumprimentos ao Deputado Colombino Grassano, que há pouco ocupava a tribuna, não só pelo desfecho que determinou com referência ao caso Haziell - BANESTADO - mas também pela oportunidade que teve hoje de lembrar e convidar os Senhores Deputados e também o estamos fazendo através da Liderança do Governo, para a reunião de amanhã, da C.C.J., onde estarão presentes o Doutor Stênio e o Doutor Celso, para falar de um projeto oriundo da Mensagem do Governo, que trata da aprovação de recursos de cen-

to e trinta milhões para o PROSAN.

Aí sim nos parece que a Comissão de Constituição e Justiça está cumprindo rigorosamente o seu papel nesta Casa.

Existe um projeto tramitando, precisa-se de esclarecimentos, a Comissão tem que ser convocada, e as pessoas para esclarecer, também. No caso que pretende o Deputado Mário Bezerra, nos parece mais uma vez, uma atitude oportunista, beirando a leviandade, porque, entende ele que conhece a fundo o Regimento da Casa, e a competência para tratar desses assuntos não é da Comissão de Justiça, que, na nossa avaliação, foi ridicularizada no dia 11 desse mês quando aqui teve que se reunir para nada ouvir e nada poder fazer em função de que nada se tinha para fazer naquele momento.

O Sr. Colombino Grassano- Vossa Excelência me permite um aparte?

Assentimento.

Só tomei a liberdade de pedir aparte para Vossa Excelência no instante em que Vossa Excelência acaba de informar à Casa que a Comissão de Constituição e Justiça foi ridicularizada.

Pelo contrário. O meu despacho colocou a Comissão de Constituição e Justiça no lugar onde ele devia estar, sempre na Assembleia Legislativa, sempre na vanguarda da apreciação de todos os projetos e durante o Pequeno Expediente, ocupei a Tribuna até parece que o Espírito Santo aí está a iluminar os Senhores Deputados, eu vim antes e disse que as vezes extrapolava, a Comissão extrapolava a sua competência, mas os Deputados estavam dentro da competência regimental e Constitucional e transformaram a Constituição de Constituição e Justiça num fórum de debates, fórum de debates que é muito importante, quando traz o Senhor Presidente da SANEPAR, o Coordenador do Programa Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba, mas vamos ser sinceros, Senhor Presidente, Senhores Deputados, a Comissão tem agido com toda a correção, com toda a responsabilidade, tem procurado e tenho uma ou duas vezes que tenho divergido do Senhor Presidente da Assembleia que no afã de não faltar matéria para ser apreciada pelo Plenário às vezes com boa fé, coloca na Ordem do Dia, matéria que não transitou na Comissão de Constituição e Justiça, mesmo porque Senhor Presidente, e Senhores Deputados, nesta hora eu quero chamar a atenção dos Senhores Deputados, como tenho chamado em mais de uma oportunidade, nós somos escravos de um Artigo do Regimento Interno, que estabelece a urgência, onde Vossa Excelência é o grande ditador desta Casa, Senhor Presidente comanda um projeto por 48 horas como eu comando um projeto na minha Comis-

são por 48 horas, e quantas e quantas vezes os Senhores membros da Comissão de Constituição e Justiça são testemunhas, quantas e quantas vezes convoquei extraordinariamente depois de uma reunião em Plenário, para que a Comissão se reunisse e apreciasse as emendas em Plenário, para que, decorridas 48 horas regimentais eu pudesse fazer voltar ao Plenário desta Casa sem que outra Comissão fosse chamada a ouvir, voltasse, para ser apreciada qualquer emenda.

De modo, que no dia em que nós derrubamos o Regime de Urgência, e que esse Regime de Urgência só fosse aplicado para bater essa transcendental importância como calamidade pública, mais doação de terreno para a Prefeitura Municipal de Ivaiporã, não é calamidade pública e aqui foi requerido Regime de Urgência, o dia que estabelecemos um critério rígido de Regime de Urgência, todos os Senhores Deputados estarão valorizados.

Não terão pela frente o retorno de dezenas e dezenas de projetos aprovados nesta Casa, vetados pelo Senhor Governador, sempre no alto interesse da administração pública, mas ferindo profundamente o direito de um Deputado em defender a sua comunidade e defender as suas instituições, os projetos estão sendo vetados de maneira geral, sem critério onde prevalece, sempre a vontade governamental.

E esta Casa tem feito justiça aos Senhores Deputados que no afã de defender os seus interesses vetam, rejeitam os vetos governamentais numa prova de independência.

Ainda na última semana, na última quarta-feira, houve a rebelião dos anjos, vetos foram rejeitados, vetos importantes foram rejeitados pela Assembleia Legislativa.

De modo que o Senhor Deputado Pessuti, quem respeito, pelo seu extraordinário desejo em defender o Governo do Estado, está dentro das suas funções de Parlamentar e de Líder da Maioria e de seu partido, respeito a sua presença, respeito a sua posição, mas quero que Vossa Excelência também respeite o direito que tem, que eu tenho e os catorze membros têm da Comissão de Constituição e Justiça, de convocarem pessoas para ali deporem de acordo com o que estabelece a Constituição do Estado e o Regimento Interno e nunca deixo de colocar em votação os pedidos que me forem encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça.

Mas todos, eu estou e toda a Comissão de Constituição e Justiça, nós estamos prestando um grande serviço ao Paraná e a Assembleia Legislativa e eu gostaria que Vossa Excelência sem que isso significasse qualquer crítica aos demais Presidentes

das Comissões Permanentes, eu gostaria que fizesse um balanço também de quantas vezes todas as comissões se reuniram no ano passado, se fizesse um balanço e fornecesse para a Imprensa o mesmo balanço que eu forneci no dia 31.12.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ninguém aqui está, Deputado Colombino, desmerecendo o trabalho da Comissão de Constituição e Justiça, nós estamos apenas questionando, através de uma Questão de Ordem, endereçada à Mesa, se a Comissão de Constituição e Justiça não estaria extrapolando de seus direitos.

Eu entendo que todos os Parlamentares têm direito de nesta Casa investigar e verificar o que está acontecendo, mas para isto existem as Comissões Permanentes, cada uma com suas atribuições.

Entendo que aquilo que o Deputado Mário Bezerra vem tentando fazer através da C.C.J., é uma atividade que visa realmente ridicularizar a Comissão.

Este é o pensamento que nós temos, tanto que foi essa, me parece a conclusão a que chegaram os Deputados quando da audiência do Haziél Pereira, e não quero que o mesmo aconteça com a história do "Kit Escolar".

A Comissão de Fiscalização aí está, a Comissão de Tomada de Contas aí está, o Plenário aqui está para decidir se convoca ou não convoca alguém.

Mas a Questão de Ordem está aqui, e Sua Excelência o Presidente Anibal Khury, haverá de, com sua sabedoria, dar a decisão verdadeira.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, eu quero também formular uma Questão de Ordem a Vossa Excelência, que entendo que é matéria correlata.

Eu gostaria, através da Questão de Ordem, que Vossa Excelência informasse, primeiro o relatório da atividade da Comissão de Fiscalização desta Casa, se ela funciona ou não.

Se não funcionar, qual é o procedimento que a Assembléia irá adotar com relação a uma Comissão Permanente, que aliás traz o que é mais importante nesta Casa, a fiscalização do Poder Executivo, o que essa omissão significa para o Poder Legislativo do Estado do Paraná.

Então quero fazer esta Questão de Ordem, solicitar esse esclarecimento à Mesa, saber quais foram os projetos, aquilo que foi analisado, as atividades que a Comissão de fiscalização teve e se ela está omissa, quais são as consequências e as medidas que serão adotadas.

Porque eu entendo que, nessa Questão de Ordem levantada pelo ilustre Deputado

Pessuti, a Comissão de Constituição e Justiça está suprimindo um papel que não é dela, mas que a exemplo dos sentidos que nós temos no corpo humano, quando os olhos não enxergam mais, a pessoa fica cega se desenvolve os outros sentidos, como o tato, o olfato, a audição, então eu entendo que a C.C.J. em desagravo inclusive à manifestação, está cumprindo com seu papel de preservar o Poder Legislativo do Estado do Paraná, ante a omissão criminosa de outras Comissões desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe a Questão de Ordem do Deputado Pessuti e vai proceder estudos e tão logo tenha concluído dará a decisão ao Plenário.

Quanto à Questão de Ordem do nobre Deputado Ernani Pudell, essa é questão de foro íntimo de cada Comissão, a Mesa não tem ingerência em nenhuma das Comissões. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 43 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 44/92, subscrito pelo Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Plenária do dia 16 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos em sua região. - A Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Heinz Herwig, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de dois, de autoria do Sr. Deputado Neivo Beraldin, constantes do expediente. Necessitam de apoio. - Apoiados. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 83/85, de autoria do Deputado FUAD NACLI, que cria o Município de QUARTO CENTENÁRIO, com sede na localidade do mesmo nome, com território desmembrado do município de Goioerê e divisas do atual Distrito Admi-

nistrativo. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. PARECER FAVORAVEL da C.C.J. ao Substitutivo Geral.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, de autoria do Sr. Deputado Nilton Barbosa, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

**SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL  
DE PLENARIO DE N° 01,  
AO PROJETO DE LEI N° 83/85.**

Art. 1° - Fica criado o município de QUARTO CENTENARIO, desmembrado do município de Goioerê, com as seguintes divisas e confrontações:

"Ponto inicial e final: Foz da Agua Bela no Rio Piquiri, do ponto inicial sobe pela Agua Bela até a rodovia PR-180, sobe por esta até a rodovia municipal GO-119, segue por esta até encontrar o ramal RC, seguindo deste ponto até o rio Caracol, desce por este até a divisa das glebas 23 (inclusive) e 15 (exclusive) da Colônia Goioerê, deste ponto rumo sul pela divisa das referidas glebas até encontrar o rio Comissário, pelo rio Comissário abaixo até sua foz no rio Ronquito, desce por este até sua foz no rio Piquiri, desce por este até a foz da Agua Bela, ponto inicial e final.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16.03.92.

(a) NILTON BARBOSA

Apoio: Geraldo Cartário, Colombino Grassano, Luiz Carlos Martins, Paulo Maia e Algaci Túlio.

**JUSTIFICATIVA:**

Senhores Deputados.

A presente Subemenda visa corrigir, novamente, o memorial descritivo anteriormente proposto, visto nova certidão do IBGE, apresentando definitivamente os limites e confrontações tecnicamente viáveis para o Município de Quarto Centenário.

Saliente-se ainda que no memorial anterior a área do Distrito de Rancho Alegre do Oeste ficaria encravada no novo município, dificultando, desta maneira, o acesso ao município-sede.

Contamos, mais uma vez, com a compreensão dos nobres Pares para aprovação da presente.

Discussão encerrada.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 007/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 06/92, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao município de Nova Londri-

na, imóvel que especifica. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Publ. no DA. n° 03, de 18.02.92).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 07/92**

PARECER:

O projeto de lei n° 07/92, oriundo da Mensagem Governamental n° 06/92, tem por finalidade a autorização do Poder Executivo de ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Nova Londrina, um imóvel de propriedade do Estado do Paraná. Da análise do referido projeto, em razão de não haver nenhum óbice de natureza legal, regimental ou constitucional, opinamos FAVORAVELMENTE.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 018/92, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Doutor José de Araújo Perpétuo. Com PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGENCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 04, de 19.02.92).

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 018/92**

PARECER:

Autor: RAFAEL GRECA DE MACEDO

I. O ilustre parlamentar propõe projeto de Lei que visa conceder Título de Cidadania Benemérita ao Doutor José Maria de Araújo Perpétuo.

II. O Projeto, bem justificado, vem acompanhado de um abaixo-assinado da população de Palmas manifestando que seja prestada a homenagem, que por certo o Título será dignificado pelo homenageado, e será o reconhecimento ao Bem, à Justiça e ao Homem.

III. Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n° 5.638, de 13 de outubro de 1967, que dispõe sobre as condições para a concessão de benemerência ou cidadania honorária.

IV. Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa, encontrando-se em condições para a consideração do Douto Plenário.

E o Parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO Grassano



Presidente  
EMÍLIA BELINATI  
Relatora

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - (Para Encaminhar)-  
Senhor Presidente, nós da Bancada do PT, em reunião, decidimos que Cidadão Ben-  
mérito e Título de Cidadão Honorário, nós  
votaremos sempre favoráveis, quando conhe-  
cemos a pessoa, uma vez que são apresenta-  
dos muitos projetos.

Nós não temos nada pessoal, mas em  
função do desconhecimento nosso queremos  
registrar o voto contrário da Bancada do  
PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Regis-  
trado. O Projeto está Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº  
023/92, de autoria do Deputado Orlando  
Pessuti, que declara de Utilidade Pública  
a Santa Casa de Misericórdia de Engenheiro  
Beltrão, com sede e foro no Município de  
Engenheiro Beltrão. Com PARECER FAVORAVEL  
da C.C.J., por unanimidade. Aprovado.  
(Publ. no DA. nº 05, de 20.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 023/92

PARECER:

De autoria do Deputado Orlando Pessu-  
ti, chega a esta Comissão o Projeto de Lei  
em epígrafe que visa declarar de Utilidade  
Pública a Santa Casa de Misericórdia de  
Engenheiro Beltrão, com sede e foro no Mu-  
nicípio de Engenheiro Beltrão.

O Projeto está elaborado em conformi-  
dade com as disposições regimentais desta  
Casa de Leis, estando devidamente justifi-  
cado.

Da mesma forma, atende as especifica-  
ções regimentais contidas na Lei nº 6.995,  
que dispõe sobre as normas para declaração  
de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impe-  
dimento de ordem regimental e legal, mani-  
festo-me favoravelmente à tramitação do  
mesmo.

E o Parecer.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
COSTENARO NETO  
Relator

Aprovado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente,  
também nesse caso é Utilidade Pública  
da Santa Casa de Misericórdia, todas as  
Santas Casas, todo e qualquer hospital fi-  
lantrópico, qualquer hospital privado ou  
público.

Eles recebem o mesmo tratamento do

Sistema Único de Saúde. No nosso entender  
Utilidade Pública é nada mais nada menos  
do que favorecer indiretamente alguns sub-  
sídios.

Como todos têm o mesmo tratamento...

O SR. DOUTOR ROSINHA (Para Encaminhar)-  
...perante o sistema único de saúde,  
também resiste o voto contrário da Bancada  
do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Apoiado,  
com os votos contrários da Bancada do  
PT.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº  
025/92, de autoria do Deputado João Arruda,  
que declara de Utilidade Pública a Asso-  
ciação de Moradores do Bairro Cristo Rei,  
do Município de Francisco Beltrão- PR. Com  
PARECER FAVORAVEL da C.C.J., por unanimi-  
dade. Aprovado. (Publ. no DA. nº 05, de  
20.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 025/92

PARECER:

De autoria do Deputado João Arruda,  
chega a esta Comissão o Projeto de Lei em  
epígrafe que visa declarar de Utilidade  
Pública a Associação de Moradores do Bair-  
ro Cristo Rei, no Município de Francisco  
Beltrão.

O Projeto está elaborado em conformi-  
dade com as disposições regimentais desta  
Casa de Leis, estando devidamente justifi-  
cado.

Da mesma forma, atende as especifica-  
ções regimentais, contidas na Lei nº  
6.995, que dispõe sobre as normas para  
declaração de Utilidade Pública.

Assim, por não apresentar nenhum impe-  
dimento de ordem regimental e legal, mani-  
festo-me favoravelmente à tramitação do  
mesmo.

E o parecer.

Sala das Sessões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO  
Presidente  
PLAUTO MIRO GUIMARÃES  
Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.  
030/92, de autoria do Deputado COLOMBINO  
GRASSANO, que declara de Utilidade Pública  
o "Instituto Apóstolo São Paulo de Assis-  
tência Social de Arapongas", com sede e  
foro na Cidade de Arapongas. Com PARECER  
FAVORAVEL da C.C.J., por unanimidade.  
Aprovado. (Public. no DA. n. 06, de  
24.02.92).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 030/92

Autor: Colombino Grassano

PARECER:

I - O ilustre parlamentar propõe Projeto de Lei que visa declarar de Utilidade Pública o Instituto Apóstolo São Paulo de Assistência Social de Arapongas, com sede e foro na Cidade de Arapongas, neste Estado.

II - Analisada a matéria em seu aspecto legal, a encontramos em conformidade com a Lei n. 6.994 de 10 de janeiro de 1978, que dispõe sobre as normas para a declaração de utilidade pública.

III - Assim sendo, esta Relatora não encontra óbice constitucional, legal ou regimental para o trâmite normal do presente Projeto nesta Casa de Leis.

Parecer Favorável,  
pela aprovação.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 031/92, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que declara de Utilidade Pública a Escola Batista de Curitiba - Ensino de Prê-Escola e 1º Grau, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. (Public. no DA. n. 06, de 24.02.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 031/92

PARECER:

O Projeto de Lei n. 031/92, de autoria do nobre Deputado Orlando Pessuti, tem por finalidade Declarar de Utilidade Pública a "Escola Batista de Curitiba - Ensino Prê-Escola e 1º Grau", nesta Capital.

Da análise do referido projeto, uma vez que o mesmo atende a todas as exigências da Lei nº 6.994/78, e não havendo nenhum óbice de natureza regimental, constitucional ou legal, opinamos favoravelmente.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, neste caso também é uma escola de características privadas e que está designando-a como de utilidade pública, também diretamente dando subsídio ao ensino privado, que a Bancada do PT também é contrária.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Aprovado, com os votos contrários do PT.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº. 462/91, de autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública, a Obra Missionária MENSAGEM DA PAZ da Irmandade dos Evangélicos Batistas Livres, no município de Teixeira Soares. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Aprovado. (Public. no DA. n. 130/91, de 09.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 462/91

PARECER:

Satisfeitos todos os requisitos da Lei n. 6994/78 e, estando o Projeto em conformidade com as normas regimentais, opino FAVORAVELMENTE à sua aprovação.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa, requerimento de n. 193, de autoria dos Senhores Deputados Nilton Barbosa e Elcio Rusch, constante do expediente. Aprovado. A Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 199, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. A D.A.P. para verificar a condição do Projeto.

Requerimento de n. 201, de autoria dos Senhores Deputados Severino Félix e Orlando Pessuti, constante do expediente. Rejeitado.

O SR. DR. ROSINHA (Para discutir) - Senhor Presidente, é referente ao plebiscito no Município de Tamarana?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Exato.

O SR. DR. ROSINHA - (Para discutir) - No entender da nossa Bancada já foi realizado plebiscito naquele Município e a população decidiu de que não deseja a transformação de Tamarana em um Município. Portanto, nós conclamamos os Senhores Deputados que pregam a democracia durante as campanhas eleitorais, todos os Deputados que procuram voto dizendo que vão respeitar vontade popular, que vote contrário a esse Regime de Urgência, porque a vontade popular já disse que Tamarana não quer desmembrar-se de Londrina; e no entanto, insiste o Deputado Orlando Pessuti teimosamente e se contrapor às decisões democráticas daqueles residentes em Tamarana. Então, nós somos contrários e solicitamos aos demais Deputados que votem contrário a isso.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores

Deputados que aprovam o Requerimento

...

O SR. COLOMBINO GRASSANO (Pela Ordem) - Eu gostaria que a Mesa informasse ao Plenário quantas assinaturas firmaram o Requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Tem duas assinaturas.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - (Pela Ordem) - E no Regimento Interno seriam necessárias vinte e oito assinaturas para reestabelecer qualquer Projeto ou proposição vetada anteriormente pelo Plenário?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Projeto de Regime de Urgência não está incluído nesse dispositivo Regimental. O Projeto de renovação é que está e quando for renovado terá que constar vinte e oito assinaturas.

O SR. OVIDIO CONSTANTINO - (Para encaminhar) - Pelo meu entendimento, na última, ou penúltima Sessão, deve ter sido rejeitado o pedido de urgência para esse Requerimento, e deve ter sido rejeitado em Plenário. Se o que Vossa Excelência informa é correto, aí terá necessidade de vinte e oito assinaturas.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não está incluído no Regime de Urgência a maioria absoluta para renovação. Senhores Deputados que aprovam conservem-se como estão. Rejeitado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Eu requeiro Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Requerimento queiram levantar-se. Treze aprovam o requerimento.

Senhores Deputados que rejeitam o Requerimento queiram levantar-se. Outra vez o voto de minerva.

O SR. ORLANDO PESSUTI - (Pela Ordem) - Não tem treze Deputados votando contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder novamente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vamos proceder novamente a contagem.

13 APROVAM.

13 REJEITAM.

Não há quorum para votação.

Esta Presidência solicita aos Senhores Líderes de Bancada que comuniquem à Mesa

até o dia 30 do corrente mês, improrrogavelmente, a nova constituição de suas bancadas ou novas bancadas, a fim, de que, se for o caso, se altere a composição das Comissões Técnicas de acordo com os dispositivos regimentais.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão Especial, para terça-feira, dia 17, às quinze horas, para apreciar o nome do Dr. Luiz Carlos Delázari, para o cargo de Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomada de Contas. De acordo com o Regimento Interno e havendo número legal, usou a palavra o Sr. Presidente, Deputado Nilton Barbosa, declarando abertos os trabalhos da presente sessão, para apreciar a Proposição nº 27/92, referente à prestação de contas da dotação da Subvenção Social dos Srs. Deputados, referente ao exercício de 1991, regulamentada pela Resolução 55/83, de 03 de outubro de 1983, tendo como Relator o Sr. Deputado Mário Bezerra, com parecer favorável. APROVADO. A proposição foi examinada e aprovada pelos Srs. Deputados presentes na forma do projeto de resolução. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, marcando para a próxima reunião quando da existência de matéria, dos quais, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Deputado Nilton Barbosa, pelos Srs. membros e por mim, Maria Regina Subtil, Secretária da Comissão de Tomada de Contas.

(aa) NILTON BARBOSA - Presidente  
Maria Regina Subtil - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 12ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano e com a presença dos seguintes Deputados: Emília Belinati, Ovídio Constantino e Mário Pereira, para ouvir o pronunciamento do Sr. Haziél Pereira, que transcorreu conforme notas taquigráficas em anexo. O

Sr. Presidente determinou que se anexasse a esta ata o seu despacho. Nada mais para o momento, deu-se por encerrada a reunião.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
12ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA  
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de março de mil novecentos e noventa e dois, reuniu-se na Sala de Reunião das Comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Colombino Grassano, e com a presença dos seguintes Srs. Deputados: José Tavares, Durval Amaral, Mário Bezerra, Luiz Carlos Martins, Antônio Costenaro Neto, Ovídio Constantino, Emília Belinati, João Iensen e Rafael Greca de Macedo. O Sr. Presidente deu por aberta a sessão, aprovando a ata da sessão anterior, após discussão e votação, e passando assim à Ordem do Dia: 1) Projeto de Lei nº 30/92, de autoria do Deputado Colombino Grassano. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 18/92, de autoria do Deputado Rafael Greca de Macedo. Relatora Deputada Emília Belinati. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 525/91, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 04) Projeto de Lei nº 604/91, de autoria do Deputado Geraldo Cartário. Concedido vistas ao Deputado Luiz Carlos Martins. 05) Projeto de Lei nº 028/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. O Deputado Relator, Ovídio Constantino, requer diligência. Concedido. 06) Proposição Veto nº 12/92, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 498/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri. Relator Deputado Antonio Costenaro Neto. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 023/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado Antônio Costenaro Neto. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 08) Projeto de Resolução nº 14/91, de autoria do Deputado Renato Adur. Relator Deputado Antônio Costenaro Neto. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 395/91, de autoria do Deputado José Afonso Júnior. Uma vez atendido o pedido de diligência, o Deputado Relator, Luiz Carlos Martins, mantém seu voto original, proferido em 17.09.91, sendo portanto FAVORÁVEL. APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 11/92, de autoria do Deputado Neivo Beraldin. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 24/92, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Luiz Carlos Martins. Parecer FAVORÁVEL. APROVA-

DO. 12) Projeto de Lei nº 19/92, de autoria do Deputado Domingos de Carvalho. O Relator, Deputado José Tavares, requer diligência. DEFERIDO. 13) Projeto de Lei nº 07/92, oriundo do Poder Executivo. Relator Deputado José Tavares. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 14) Projeto de Lei nº 31/92, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Relator Deputado João Iensen. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 15) Projeto de Lei nº 29/92, de autoria do Deputado Eurides Moura. O relator, Deputado João Iensen, requer diligência. DEFERIDO. 16) Projeto de Lei nº 462/91, de autoria do Deputado Toti Colaço. Relator Deputado Durval Amaral. PARECER FAVORÁVEL. APROVADO. 17) Proposição Veto nº 14/92, oriundo do Poder Executivo, que veta o Projeto de Lei nº 566/91, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva. Relator Deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 18) Projeto de Resolução nº 42/91, de autoria do Deputado Nelson Garcia e outros. Relator Deputado Mário Bezerra. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 19) Projeto de Lei nº 25/92, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 20) Projeto de Lei nº 17/92, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 21) Projeto de Resolução nº 108/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti. Concedido vistas ao Deputado Antônio Costenaro Neto. 22) Projeto de Lei nº 16/92, de autoria do Deputado João Arruda. Relator Deputado Plauto Guimarães. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. 23) Projeto de Lei nº 282/91, de autoria dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Puddell e Florisvaldo Fier. Parecer favorável à emenda do Deputado Rafael Greca de Macedo. APROVADO. 24) Projeto de Resolução nº 83/85, de autoria do Deputado Fuad Nacli. Relatora Deputada Emília Belinati. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. O Deputado Mário Bezerra requer a esta Comissão para que seja formada uma comissão especial para investigar a compra e distribuição de material escolar (kits) por parte da FUNDEPAR, apresentando requerimento escrito, o qual foi aprovado após discussão e votação. 25) Projeto de Lei nº 573/91, de autoria do Deputado Lourenço Fregonese. Relator Deputado Ovídio Constantino. Parecer FAVORÁVEL. APROVADO. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, Secretária da Comissão.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
Ana Lúcia Andretta - Secretária

**Ato da Comissão de Processo Administrativo**

**EDITAL DE CHAMAMENTO**

A COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO, INSTAURADA PELA PORTARIA Nº 127/91, DA DIRETORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ,

CONSIDERANDO que, na ultimação da instrução, concluiu pela indicição do funcionário GETOLIO CANELA FAVARO como incurso nas sanções do art. 293, inciso V, letra "b", da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, estando sujeito à pena de demissão, por abandono de cargo;

CONSIDERANDO o desconhecimento do paradeiro do indiciado, para citação pessoal;

CONSIDERANDO, ainda, o disposto no art. 320, e § 2º, da Lei 6.174, referida...

CITA e CHAMA GETOLIO CANELA FAVARO para apresentar defesa, no prazo de 10 (dez) dias, facultada vista do processo, durante o prazo, no GABINETE DA PROCURADORIA (5º andar), fluindo o prazo a partir do 15º (décimo quinto) dia da publicação do presente EDITAL.

(a) JOSE RENATO DUARTE  
Presidente da Comissão